

Conjecturas sobre mudança lingüística

Márluce Coan¹

Resumo: Este artigo visa, inicialmente, à discussão de duas questões: (a) por que as línguas mudam? e (b) é possível explicar a mudança? Nossa proposta para o tratamento da mudança lingüística põe, em destaque, a variação como um axioma. O estudo da variação pode constituir-se em caminho para delinear/explicar o fenômeno da mudança lingüística, se generalizações puderem ser feitas, a partir dos condicionamentos de uso desta ou daquela forma na codificação de uma mesma função. O primeiro passo é considerar a língua como dotada de *heterogeneidade sistemática*. O segundo passo é descobrir o mecanismo da mudança; para tal, os princípios empíricos: *transição, restrições, encaixamento, atuação e avaliação*, propostos por Weinreich, Labov e Herzog (1968), podem nortear a investigação.

Palavras-chave: princípios de mudança lingüística; variação; generalizações; heterogeneidade sistemática.

¹ Doutora em Lingüística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará (UFC).

1. Introdução²

Neste artigo, trazemos à discussão duas questões que estão no cerne das conjecturas sobre mudança: (a) por que as línguas mudam? e (b) é possível explicar a mudança? Considerando-se que, em certo sentido, é possível explicar a mudança, na seção quatro, apresentamos a proposta teórico-metodológica da Teoria da Variação e Mudança Lingüísticas.

2. Por que as línguas mudam?

Pode-se dizer que, se as línguas são sistemas autônomos, não há razão para mudança; e se elas não o são, é ainda discutível se existem tais razões (LASS, 1980, p. 129). Para Saussure, “o tempo muda todas as coisas, não há razão para a língua escapar dessa lei universal” (SAUSSURE, [1916] 1995, p. 77). E se não considerarmos a língua como um sistema autônomo? Então, as razões podem ser sociais (provenientes de diferença de: classe social, sexo, escolaridade, etnia, região, contexto situacional, nível de formalidade) e/ou lingüísticas (semânticas, sintáticas, morfológicas, fonético-fonológicas).

Considerando inadequada a questão (*Por que as línguas mudam?*), Faraco (1998) alude a atitudes dos falantes que, quando tomam consciência da mudança, tendem a desenvolver ora uma atitude negativa: a mudança estaria empobrecendo a língua; ora uma atitude positiva: a mudança significa simplificação, a língua de hoje

² As considerações apresentadas neste artigo integram as seções 2.1 e 2.2 do capítulo II de minha Tese de Doutorado “As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente”, (2003).

é melhor do que a de ontem (uma coisa substitui a outra porque é mais fácil – ‘lei do menor esforço’, conforme Jespersen (1894, *apud* FARACO, 1998). Se minimizar é importante, por que as línguas exibem tanta alomorfa/alofonia, por exemplo? Lass (1980), em crítica à lei do menor esforço (no que se refere ao uso de consoantes homorgânicas³) aponta esse caso como esporádico, logo a mudança não estaria decorrendo de utilização da categoria que pressupõe menor esforço, senão sempre ocorreria. A exemplo desse caso, há, paralelamente, monotongação e ditongação no português do Brasil.⁴

Para Faraco (1998, p. 45), a questão (*Por que as línguas mudam?*) é inadequada, tanto em sentido genérico: as línguas mudam porque nada é estático, tudo se transforma; quanto em termos de causalidade (se x, então y): “sendo uma realidade humana, social e cultural, a língua não está submetida ao universo da necessidade (de leis e relações cegas e automáticas), mas ao universo da possibilidade”. Deve-se, portanto, falar em condições de mudança, ou seja, sob quais condições uma mudança é possível.

3. É possível explicar a mudança?

Para explicar a mudança, teríamos que dizer o que aconteceu (fatos) e por quê (princípios). Mas, usualmente, não explicamos, descrevemos: o que temos feito é basear nossas teorias em estruturas que nós descobrimos e não na realidade. Explicamos fatos particulares e não a mudança em si (LASS, 1980). Para o autor, pode não haver respostas dedutivas (leis) para um porquê em mudança lingüística, visto termos o problema da intenção, assim, a explicação mais adequada parece ser a metafísica.⁵ A teoria da mudança, se-

³ Consoantes que têm o mesmo ponto de articulação.

⁴ Monotongação: apagamento/queda da semivogal dos ditongos (“bejo” em vez de beijo); ditongação: inserção de semivogal (“treis” em vez de três).

⁵ Uma explicação abstrata – que transcende a natureza física.

gundo ele, teria de incluir, por ser empírica, a variabilidade como um axioma (páginas 83; 124; 127; 128; 143; 158).

Explicar mudança implica produzir conhecimento do passado (desvendar uma informação perdida ou obscurecida na passagem do tempo), já que as provas/testemunhos do passado (documentos, fósseis, tradições...) não são a história, nem o passado. O ato intelectual humano é que engatilha o passado em seqüências coerentes. É somente como nós o interpretamos, na base de teorias do que ele pode significar, e como suprimos, também através de teorias, as mais importantes perdas, que um passado racional pode existir. Aceitar, contudo, que a história é construída nos deixa um problema: como vamos saber se conhecemos a coisa real? Como podemos dizer que uma abordagem do passado representa o que realmente aconteceu? (LASS, 1980, p. 47-50). Assim, é preciso contar com algumas ferramentas de análise: identificar provas potenciais; avaliar as provas (via regras de evidência); ter regras de interpretação, em caso de testemunho obscuro, e ter regras de inferência.

Há, contudo, problemas relativos à análise histórica: (i) nossa evidência primária para o passado é aquilo que sobreviveu no presente, (ii) mas a sobrevivência não nos diz nada, a menos que possamos avaliar as provas reais e dizer o que significam. (iii) Isso é conflitante, pois não podemos testar nossas interpretações e julgamentos no passado. O único modo de fazer isso é por meio de princípios de comparação, (iv) mas nós não podemos ter tais critérios porque eles não podem ser baseados numa única fonte, independente de conhecimento do passado (LASS, 1980, p. 52).

Para Lass (1980, p. 166), as generalizações que têm sido feitas na Teoria da Variação e Mudança são de considerável importância metodológica porque constituem o que pode, em princípio, parecer fortes explicações, mas falta ainda relevância empírica, o que é necessário para uma explicação verdadeira. Isso não quer dizer que formulações dessa natureza não sejam adições significativas para

nosso conhecimento da língua e sua função social. A Sociolingüística Variacionista não estabelece umnexo causal entre fator social, atuação de uma mudança e seleção de alguma variante particular. Tudo que faz é descrever os usos sociais particulares para as variantes e demonstrar a que função servem. O que se faz é estabelecer estruturas ou formulações matemáticas de regras que governam a distribuição e desenvolvimento de variantes na língua. Mas, se generalizações puderem ser feitas, a partir dos condicionamentos de uso desta ou daquela variante, podemos delinear o percurso da mudança. Pelo que supõe Lass, o estudo da variação pode constituir-se em caminho para explicar o fenômeno da mudança lingüística.

4. Teoria da Variação e Mudança

A Sociolingüística que Labov propõe é aquela com o propósito de estudar a estrutura e evolução da língua no contexto social da comunidade, cobrindo a área usualmente chamada de Lingüística Geral, a qual lida com fonologia, morfologia, sintaxe e semântica (LABOV, 1972a, p. 184). Segundo Figueroa (1996, p. 71), quando se diz que a Sociolingüística é o estudo da língua em seu contexto social, isso não deve ser mal-interpretado. A Sociolingüística laboviana não é uma teoria da fala, nem o estudo do uso da língua com o propósito exclusivo de descrevê-la, mas o estudo do uso da língua no sentido de verificar o que ela revela sobre a estrutura lingüística (*langue*). Quando Labov (1978) fala em heterogeneidade, refere-se à variação, mas está interessado na variação que pode ser sistematicamente explicada. A variação sistemática é um caso de modos alternativos de dizer a mesma coisa, sendo esses modos portadores do mesmo significado referencial. A lingüística laboviana tornou-se sinônimo do estudo de variação e mudança lingüísticas.

Correlacionando variação e mudança, a Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968) rompe com a

dicotomia sincronia/diacronia (SAUSSURE [1916] 1995) aproximando-as. “Afinal de contas, para que os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação. E constatar o vínculo entre variação e mudança, necessariamente, implica aceitar a história e o passado como reflexos do presente, dinamicamente se estruturando e funcionando” (TARALLO, 1994, p. 25). Além disso, conforme Lopes (1995, p. 76), “inexiste sincronia pura: no interior de qualquer sistema coexistem estágios de sistemas mais antigos e esboçam-se, como subsistemas, estágios posteriores; um código é, antes de tudo, uma interação de subcódigos e é isso, precisamente, uma propriedade inalienável das línguas a caracterizá-las como mecanismos dotados de produtividade”. À correlação sincronia/diacronia, Wartburg (1946 *apud* CAMARA, 1969) e Pagliaro (1930 *apud* CAMARA, 1969) chamam de lingüística pancrônica: “todo fato lingüístico deve ser considerado no sistema de que é parte, e na sua história, que é a história do próprio sistema” (PAGLIARO, 1930, p. 176 *apud* CAMARA, 1969, p. 45).

4.1 Princípios de Mudança

Parece impossível, a partir da descrição de um estado da língua, captar o curso da mudança, mas, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), é possível apreender algumas restrições relativas à mudança e aos fundamentos empíricos subjacentes. O primeiro passo é ver a língua como dotada de *heterogeneidade sistemática* (parte da competência lingüística do falante). O segundo passo é descobrir o mecanismo da mudança; para tal, os princípios empíricos, propostos por Weinreich, Labov e Herzog (*op. cit.*), *transição, restrições, encaixamento, atuação e avaliação*, abaixo especificados, podem nortear a investigação.

Weinreich, Labov e Herzog (*op. cit.*) vêem a *transição*, ou seja, a mudança de um estado da língua a outro, como um mistério: se

uma língua tem de ser estruturada para funcionar, como as pessoas continuam falando enquanto a língua muda? Chamam esse período de fase de menor sistematicidade. Note-se, contudo, que um mesmo falante usa ora uma forma, ora outra, sem se ater ao fato de que a língua (aquela categoria) está mudando. Nesse estágio de transição, uma forma alternativa passa a ser utilizada em alguns contextos, até ser primordial em todos e tornar a outra obsoleta.

A *transição* ocorre na gramática da comunidade (idioletos não são a base). A mudança não é transmitida de pai para filho, é transmitida dentro da comunidade como um todo. Weinreich, Labov e Herzog (1968) crêem que as mudanças na fala de uma criança, por exemplo, decorrem do contato com outras crianças. Para Labov (1966b), existem apenas duas situações em que a fala dos pais é tomada como modelo definitivo para a criança: a) quando está isolada (por exemplo, no meio rural) e b) na transferência de um traço de prestígio a ser utilizado na fala cuidadosa, sob pena de correção. As diferenças entre a linguagem dos pais e a linguagem da criança não indicam descontinuidade da mudança (mudança de regra de geração para geração), como supõe Halle (1962 *apud* LABOV, *op. cit.*), mas que duas formas coexistem e podem atravessar gerações (mudança em progresso). A diferença, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), está no fato de se considerar *regra variável* ou invariável e *condicionamentos lingüísticos e sociais* que levam a um ou outro uso.

Além disso, segundo os autores, um grande número de variáveis estudadas revela uma estrutura sociolingüística complexa, na qual o valor da variável é determinado por vários fatores lingüísticos e sociais (*restrições*). Esses fatores entram como ferramenta básica para explicar o mecanismo da mudança. Enquanto a língua muda, não há nenhum problema de comunicação, então, a sistematicidade não é perdida como poderíamos, erroneamente, supor. Mas deve haver algo que justifique a mudança. Se não é uma questão de economia, nem de resolução de ambigüidades, por que a língua muda?

Por hipótese, supomos que a mudança decorre de diferentes nuances de sentido que passam a aparecer. Assim, quanto mais diferenças de sentido, mais formas podem aparecer ou mais privilégios de distribuição para uma forma. Por outro lado, o mecanismo da mudança pode girar em contrário: se sentidos se atenuarem, alguma forma pode cair em desuso, ou haver menos contextos de uso para essa forma.

Se descobirmos o que pode mudar ou o que está mudando (estar em *transição*), poderemos delinear as condições de mudança (*restrições*): aquilo que determina possíveis mudanças ou que dá condições para a mudança ocorrer. As restrições referem-se a fatores lingüísticos e sociais inter-relacionados, além de restrições de processamento. Berg (1998) considera que fatores externos à gramática (restrições de processamento) são cruciais para explicar a estrutura lingüística sincrônica e a mudança lingüística. Em sua concepção, as línguas estão sujeitas a pressões evolucionárias para evitar formas que dificultam o processamento. Como resultado, a estrutura lingüística sincrônica e a mudança lingüística refletem tais restrições.

Além disso, é essencial descobrir qual a importância da mudança em termos estruturais e sociais, ou seja, encaixar a mudança na estrutura lingüística e na estrutura social, mostrando a correlação entre ambas (*encaixamento*). Conforme Faraco (1998), pode-se falar em encaixamento estrutural quando contextos lingüísticos que favorecem um determinado tipo de mudança desencadeiam outras mudanças, possíveis relações em cadeia, e em encaixamento social, quando há relação entre o fenômeno de mudança e a estrutura sociolingüística (grupo sócio-econômico, idade, sexo, etnia, localização geográfica). Os estudos empíricos revelam a língua como um sistema que muda em associação com mudanças na estrutura social (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

No processo de mudança, é preciso, ainda, verificar como uma determinada variante se espalha na comunidade (*atuação*) e como é

avaliada pelos falantes em termos de significância social (*avaliação*). Quando uma mudança se inicia como um padrão local e espalha-se pelas populações vizinhas, a oposição entre as duas formas, em muitos casos, simboliza uma oposição entre valores sociais, pois, nas línguas, há elementos que não são únicos ou ocasionais, mas sociais, do que resultam várias normas parciais (sociais, regionais). A norma é a realização da fala da comunidade, o que é mais comum, e não se deve confundir com prescrição gramatical (conforme COSERIU, 1967 *apud* MATTOS e SILVA, 2000). Esses valores podem estar sujeitos a correções não-sistemáticas ou podem permanecer como marcadores inconscientes. Quando uma forma vence, pode-se seguir um longo período em que a forma em via de desaparecimento será sentida como arcaica (LABOV, 1975, p. 829) – o uso atual do pretérito mais-que-perfeito simples na função de passado anterior a outro passado, por exemplo.

Explicitando cada uma dessas etapas, conforme Tarallo (1994, p. 74), pode-se “colher os frutos do trabalho: análise acurada de uma comunidade sociolingüística com seu componente de variação e mudança”.

Em contrapartida, Lightfoot (1999) refere-se à não-existência de princípios de mudança gramatical, pois a mudança lingüística só pode ser entendida, se vista da perspectiva da aquisição, propondo, assim, que a mudança seja abordada da seguinte maneira: se um aprendiz está utilizando um parâmetro diferente do utilizado por pessoas mais velhas, ele produzirá enunciados com características estruturais inovadoras que afetarão o ambiente lingüístico (estrutura no contexto), produzindo algo como uma reação em cadeia, já que tais estruturas podem ser tomadas como modelo por pessoas mais jovens.⁶

⁶ A abordagem de Lightfoot pauta-se na proposta da Teoria Gerativa (cf. Chomsky, 1980; 1981; 1986a; 1988).

Em crítica a Lightfoot, Haspelmath (1999) considera que princípios existem, mas não como primitivos teóricos que causam a mudança; o que se tem chamado de princípios na literatura refere-se a generalizações, conforme a amostra abaixo vem ilustrar (HASPELMATH, 1999, p. 587):

- em mudanças fonológicas, obstruintes sonoras podem tornar-se surdas em posição final, mas o reverso nunca acontece;
- categorias lexicais podem tornar-se funcionais,⁷ o reverso não ocorre (gramaticalização);
- a gramaticalização é irreversível, a degramaticalização não ocorre;
- quando há uma oposição, sobrevive o membro não-marcado (mais freqüente);
- quando um argumento que não é sujeito torna-se um sujeito, ele adquire primeiro as propriedades comportamentais de sujeito antes de adquirir suas propriedades de codificação. Um exemplo, em português, pode ser o do uso freqüente de passiva pronominal sem concordância (*Vende-se casas*). O clítico, neste caso, adquire as propriedades semânticas de sujeito (indeterminado), logo, o verbo perde a marcação morfológica de terceira pessoa do plural e o substantivo *casas* passa a ser visto como objeto do verbo. A interpretação não é mais a de que *casas são vendidas*, mas a de que *alguém vende casas*.⁸

⁷ Funcional, nesta citação, equivale à gramatical

⁸ Conforme Pereira (1923), a função primitiva do SE é indicar uma ação reflexa. Quando o sujeito é incapaz de exercer a ação expressa pelo verbo, o caso é de passiva. Entretanto, erroneamente, alguns têm dito que o SE é sujeito e o nome plural do predicado é o objeto direto, por: a) aparecerem, em escritores clássicos, construções do tipo: *Não se esperava tamanhas obras* e b) aparecerem, em cartazes, construções do tipo: *Compra-se livros*. Mas essa conclusão não tem como base as premissas; deve-se considerar a construção como passiva porque: a) o sujeito é incapaz de ser agente (o sujeito é inanimado); b) mesmo que apareçam seres animados como sujeito, o sentido mostra que o sujeito é paciente (*Convidam-se os patriotas*) e c) é possível inserir um agente (da passiva) na frase.

Haspelmath (1999) considera, também, que não é necessário ver a aquisição como única fonte da mudança gramatical sistemática, embora possa ter um papel significante. Inovações na fala adulta podem seguir padrões altamente gerais porque todos os falantes partilham certas observações básicas, metas, restrições. Por exemplo, todos os falantes querem passar suas mensagens com um mínimo de esforço e todos querem ser entendidos por seus interlocutores. Keller (1994 *apud* HASPELMATH, *op. cit.*) mostrou como os efeitos cumulativos de ações coletivas podem dar em resultados não pretendidos, tanto na língua quanto em outras áreas de atividade humana. Isso pressupõe uma perspectiva de mudança lingüística que inclui uma consideração acerca do aspecto social da língua. Uma inovação na fala adulta pode ser cumulativa, se depender, primariamente, da frequência de uso (cf. LANGACKER, 1987, *apud* HASPELMATH, 1999, p. 586).

Os princípios propostos por Weinreich, Labov e Herzog (1968) autorizam-nos a explicar a mudança, desde que seja possível analisar a língua de uma comunidade, verificar estágios variáveis e fatores condicionantes do uso de uma ou outra forma de codificação.

Referências Bibliográficas

- BERG, Thomas. **Linguistic Structure and change**: an explanation from language processing. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- CÂMARA, Joaquim Mattoso. **Princípios de Lingüística Geral**, 4 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.
- CHOMSKY, Noam. On Binding. **Linguistic Inquiry**, 11:1-46, 1980.
- CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. **Knowledge of Language: its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986a.

- _____. **Language and problems of knowledge.** The Managua Lectures. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.
- COAN, Márluce. **As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente.** Florianópolis: UFSC, 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica.** São Paulo: Ática, 1998.
- FIGUEROA, Ester. **Sociolinguistic Metatheory.** Language & Communication Library, v. 14. Oxford: Pergamon, 1996.
- HASPELMATH, Martin. Are there principles of grammatical change? **Journal of Linguistics**, n. 35. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.579-595.
- LABOV, William. **The social stratification of English in New York.** Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.
- _____. **Sociolinguistic patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.
- _____. **On the use of the present to explain the past.** In: L. Heilmann (Org.), Proceedings of the 11th International Congress of Linguistics. Bologna: Il Mulino, 1975.
- _____. **Where does the Linguistic variable stop?** A response to Beatriz Lavandera. Sociolinguistic Working Paper, 44. Texas, 1978.
- LASS, Roger. **On explaining language change.** New York: Cambridge, 1980.
- LIGHTFOOT, David. **The development of language:** acquisition, change, and evolution. Malden, MA & Oxford: Blackwell, 1999.
- LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea.** São Paulo: Cultrix, 1995.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no Ensino do Português.** São Paulo: Contexto, 2000.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática História**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & Cia., 1923.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, [1916]1995.

TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvim I. **Empirical Foundations for a Theory of Language Change**. In: LEHMANN, W. P. & MALKYED, M. (orgs.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.